

ATA NÚMERO 150/XIII/3.^a SL

Aos 18 dias do mês de outubro de 2017, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2016.**
- 2. Aprovação da ata n.º 149.**
- 3. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 571/XIII/2.^a (CDS-PP) - "Altera a Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro - Lei de Enquadramento Orçamental". Autor: Duarte Pacheco (PSD)**
- 4. Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 268/XIII/2.^a - "Solicita a revisão do regime aplicável aos contratos de divisão de coisa comum e similares, no que respeita ao regime do imposto municipal sobre transmissão de imóveis". Relator: Ricardo Leão (PS)**
- 5. Discussão e votação do relatório sobre as Petições n.ºs 284/XIII/2.^a - "Solicita o não encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em São Vicente da Beira" e 286/XIII/2.^a - "Solicitam o não encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos na Golegã". Relator: Paulino Ascensão (BE)**
- 6. Designação de autor de parecer para o Projeto de Lei n.º 624/XIII/3.^a (PS) - "Altera o Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro e a Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro no âmbito das avaliações de imóveis". Cabe ao GP CDS-PP**
- 7. Designação de autor de parecer para o Projeto de Lei n.º 637/XIII/3.^a (PCP) - "Altera o regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários". Cabe ao GP PS**
- 8. Designação de autor de parecer para os Projetos de Lei n.ºs 625/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação da avaliação do caráter adequado das operações relativas a instrumentos financeiros", 628/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação da concessão de crédito por instituições de crédito a titulares de participações qualificadas", 629/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação relativa aos deveres de informação contratual e periódica a prestar aos investidores em instrumentos financeiros", 630/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação das obrigações das instituições de crédito na comercialização de depósitos e produtos de crédito" e 631/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação relativa às ofertas particulares de valores mobiliários". Cabe ao GP PSD**

9. Designação de autor de parecer para os Projetos de Lei n.ºs 626/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a reforçar a regulação dos códigos de conduta das instituições de crédito" e 633/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar os poderes de supervisão do Banco de Portugal". Cabe ao GP PSD

10. Designação de autor de parecer para os Projetos de Lei n.ºs 627/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação relativa aos consultores para investimento autónomos e colaboradores de intermediários financeiros que exercem a atividade de consultoria para investimento", 632/XIII/3.^a - "Visa reforçar a regulação da organização interna dos intermediários financeiros" e 634/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação da remuneração dos colaboradores dos intermediários financeiros e das instituições de crédito". Cabe ao GP PSD

11. Designação de relator para a Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.^a - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018". Cabe ao GP PS

12. Designação de relator para a Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a - "Aprova o Orçamento do Estado para 2018". Cabe ao GP PS

13. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3.^a (BE) - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários".

14. Outros assuntos.

1. Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras 2016.

A Senhora Presidente deu as boas vindas ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, enquadrando esta audição, que visou apresentar do Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras, no âmbito do Plano de Atividades da Comissão, após o que deu a palavra ao Senhor Secretário de Estado para uma intervenção inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Jâmila Madeira (PS), Paulino Ascensão (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Paulo Sá (PCP), tendo o Secretário de Estado respondido individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PS) tendo o Senhor Secretário de Estado respondido à questão colocada.

Não se registando intervenções adicionais, o Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), que entretanto assumiu a condução dos trabalhos, deu por concluída a audição.

As audições foram gravadas, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação pode ser consultada na [página internet da audição](#).

2. Aprovação da ata n.º 149.

A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

3. Discussão e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 571/XIII/2.ª (CDS-PP) - "Altera a Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro - Lei de Enquadramento Orçamental".

Na ausência do Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), apresentou o referido parecer, a Senhora Deputada Inês Domingos (PSD).

Tomou a palavra o senhor Deputado Paulo Trigo Pereira, tendo sido temporariamente substituído na Presidência da Mesa pelo Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), para informar que em sede de Proposta de Orçamento de Estado, no artigo 5.º sobre "Transparência", também já prevê a disponibilização de informação sobre cativos. Incidindo aquele artigo da iniciativa, objetivamente sobre a mesma matéria, o Grupo parlamentar do PS propõe que se pondere incluir esta menção no parecer elaborado pelo Senhor Deputado Duarte Pacheco.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) concordou com esta recomendação lembrando que o próprio relatório já abriu esse precedente contemplando, no seu ponto 4 (Capítulo I) sobre as iniciativas legislativas pendentes, a menção ao Projeto de Lei n.º 638/XIII/3.ª, apresentado pelo PCP, sobre a mesma matéria. Propôs assim que a referência à Proposta do Orçamento de Estado, especificamente ao seu artigo 5.º, seja incluída neste ponto.

A Senhora Deputada Inês Domingos anuiu e apresentou a seguinte proposta de texto a aditar no aludido ponto 4 do parecer, depois da referência à iniciativa do PCP:

"Deu também entrada a Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.ª – 'Aprova o Orçamento do Estado para 2018', cujo artigo 5.º - 'Transparência' – trata igualmente de matéria conexa".

Submetido à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

4. Discussão e votação do relatório sobre a Petição n.º 268/XIII/2.ª - "Solicita a revisão do regime aplicável aos contratos de divisão de coisa comum e similares, no que respeita ao regime do imposto municipal sobre transmissão de imóveis".

O relator, Senhor Deputado Ricardo Leão (PS), apresentou o relatório relativo à mencionada petição.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) interveio para apresentar um reparo ao relatório sugerindo que o mesmo refira os pedidos de informação que foram feitos e os que foram, ou não, respondidos.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) também considerou que, mesmo não havendo resposta do Ministério das Finanças, tal informação deveria constar do parecer. Alertou também para eventual lapso na redação do parecer quando se propõe, na sua conclusão, a remessa à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

Ficou decidido que o relator iria reformular o parecer em conformidade, tendo sido adiada a votação do mesmo para a próxima reunião da Comissão.

5. Discussão e votação do relatório sobre as Petições n.ºs 284/XIII/2.^a - "Solicita o não encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos em São Vicente da Beira" e 286/XIII/2.^a - "Solicitam o não encerramento do Balcão da Caixa Geral de Depósitos na Golegã".

Tal como tinha já sucedido na anterior reunião da Comissão, o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) voltou a tecer algumas considerações sobre a necessidade de melhoramento das conclusões do relatório, na forma e no conteúdo. O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) declarou que iria proceder às alterações sugeridas ao relatório, ficando a sua votação adiada para a próxima reunião.

6. Designação de autor de parecer para o Projeto de Lei n.º 624/XIII/3.^a (PS) - "Altera o Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de novembro e a Lei n.º 153/2015, de 14 de setembro no âmbito das avaliações de imóveis".

Foi designado autor do parecer o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP).

7. Designação de autor de parecer para o Projeto de Lei n.º 637/XIII/3.^a (PCP) - "Altera o regime de serviços mínimos bancários, tornando-o mais adequado às necessidades dos clientes bancários".

Foi designado autor do parecer o Senhor Deputado João Galamba (PS).

8. Designação de autor de parecer para os Projetos de Lei n.ºs 625/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação da avaliação do caráter adequado das operações relativas a instrumentos financeiros", 628/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação da concessão de crédito por instituições de crédito a titulares de participações qualificadas", 629/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação relativa aos deveres de informação contratual e periódica a prestar aos investidores em instrumentos financeiros", 630/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação das obrigações das instituições de crédito na comercialização de depósitos e produtos de crédito" e 631/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação relativa às ofertas particulares de valores mobiliários".

O Grupo Parlamentar do PSD indicará oportunamente o autor do parecer.

9. Designação de autor de parecer para os Projetos de Lei n.ºs 626/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a reforçar a regulação dos códigos de conduta das instituições de crédito" e 633/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar os poderes de supervisão do Banco de Portugal".

O Grupo Parlamentar do PSD indicará oportunamente autor do parecer.

10. Designação de autor de parecer para os Projetos de Lei n.ºs 627/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação relativa aos consultores para investimento autónomos e colaboradores de intermediários financeiros que exercem a atividade de consultoria para investimento", 632/XIII/3.^a - "Visa reforçar a regulação da organização interna dos intermediários financeiros" e 634/XIII/3.^a (PS) - "Visa reforçar a regulação da remuneração dos colaboradores dos intermediários financeiros e das instituições de crédito".

O Grupo Parlamentar do PSD indicará oportunamente o autor do parecer.

11. Designação de relator para a Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.^a - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018".

Antes da designação do Deputado relator da iniciativa, o Senhor Vice-presidente expressou a sua opinião relativamente à aplicação da regra da rotatividade na designação dos Deputados relatores, quando estejam em causa Leis especiais relacionadas com o processo orçamental. No seu entendimento, à semelhança do que sucede na eleição da presidência da Mesa da COFMA, também neste caso se deveria criar uma exceção que impedisse ser designado Deputado pertencente ao Grupo Parlamentar do partido que está no Governo. Concluiu defendendo que o tema deveria merecer ponderação futura.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) exprimiu a sua concordância com a proposta do deputado Paulo Trigo Pereira. Lembrou também que o método de escolha do Presidente da Mesa na COFMA não resulta da aplicação de um princípio ou norma regimental, resulta antes de uma prática parlamentar.

Foi designado relator desta iniciativa legislativa o Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS).

12. Designação de relator para a Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a - "Aprova o Orçamento do Estado para 2018".

Foi designada relatora desta iniciativa a Senhora Deputada Jamila Madeira (PS).

13. Deliberação sobre a sede de discussão do Projeto de Resolução n.º 1080/XIII/3.^a (BE) - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários".

Na ausência de Deputados do Grupo Parlamentar proponente da iniciativa, foi decidido adiar esta deliberação para a próxima reunião da Comissão.



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

14. Outros assuntos.

Não se registando outros assuntos, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 13:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de outubro 2017

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

Reunião de 18 de outubro de 2017

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Fernando Anastácio
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Galamba
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Margarida Balseiro Lopes
Margarida Marques
Nuno Sá
Paulino Ascensão
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Ricardo Leão
Rubina Berardo
Teresa Leal Coelho
André Pinotes Batista
Jorge Paulo Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro
Mariana Mortágua

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Hortense Martins